

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

CNPJ 11.416.041/0001-80

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Valores expressos em reais)				Demonstrações de resultados (Valores expressos em reais)			
Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Recursos vinculados a projetos	4	296.838	2.670.470	Fornecedores	7	99.591	104.840
Contas a receber	5	902.000	-	Projetos a executar	7	-	1.587.470
Estoques		40.578	40.578	Salários, férias e encargos sociais	8	890.912	818.003
Outros créditos		24.711	92.207	Impostos a receber		50.642	24.079
Total do ativo circulante		1.389.245	2.803.255	Recursos vinculados a projetos		177.800	1.587.470
Imobilizado	6	1.351.150	1.651.642	Total do passivo circulante		1.218.952	2.803.255
Intangível		39.193	59.567	Obrigações com o Estado - Imobilizado	7	1.389.245	1.711.209
Total do ativo não circulante		1.389.245	1.711.209	Total do passivo não circulante		1.389.245	1.711.209
Total do ativo		2.778.490	4.514.464	Patrimônio líquido	9		
				Patrimônio social		167.875	-
				Total do patrimônio líquido		167.875	-
				Total do passivo		2.778.072	4.514.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em reais)			
	Patrimônio social acumulado	Superávits	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	- 2.906.504	2.906.504	-
Deficit do exercício	- (2.906.504)	(2.906.504)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-
Superávit do exercício	-	167.875	167.875
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	167.875	167.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em Reais)

1. Contexto Operacional: A Associação dos Artistas Amigos da Praça ("Associação"), foi constituída em 10/06/2010, sendo uma Associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos: a. Desenvolver e administrar projetos sócio-educacionais, culturais e institucionais; b. Valorizar a arte e a educação como agentes da transformação social, discutindo questões como, ética, cidadania, inclusão, diversidade e autonomia; c. Promover intercâmbios e estágios com Associações públicas e privadas, nacionais e internacionais, com ou sem fins lucrativos, entre os diversos segmentos artísticos como, artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outros; d. Compartilhar com a população os resultados obtidos em suas diversas iniciativas oferecendo atividades culturais de qualidade; e. Oferecer à população atividades de formação e difusão cultural em diversas áreas das artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outras; f. Fomentar as atividades artísticas, culturais e educacionais; g. Irradiar e fomentar ideias e ações para outras localidades a partir do histórico de intervenções artísticas já realizadas na Praça Roosevelt e seu entorno; h. Produzir e lançar bens culturais, tais como: espetáculos teatrais, exposições, publicações, registros audiovisuais e outras atividades e eventos que atendam os objetivos da Associação; i. Criar uma rede de relações na qual os alunos de seus diversos departamentos troquem saberes e competências; j. Oferecer à população o acesso gratuito à biblioteca, arquivos e espaço de exposições; a. Prestar serviço de consultoria, curadoria e assessoria para cursos e atividades artísticas; k. Gerenciar e explorar os imóveis e equipamentos cujo uso lhes for permitido, utilizando-os exclusivamente para a fim especificado, vedado o seu uso de forma diversa e ou para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-los ou transferi-los, no todo ou em parte a terceiros, exceto quando expressamente autorizado pela autoridade competente, nos termos da legislação em vigor; Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Decreto 43.493 de 04/06/1998, pelo qual, através do processo SC 15597/72/013, da Secretaria da Cultura, com fundamento na Lei Complementar nº 846/98, o Governador do Estado nomeou o qualificado ADAAP - Associação dos Artistas Amigos da Praça como organização social da área da cultura, de modo a habilitar-se a celebração do contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes. Em 01/07/2011, a Associação formalizou junto à Secretaria de Estado e Cultura do Governo do Estado de São Paulo, o primeiro aditivo ao Contrato de Gestão referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços com o objetivo de fomentar e operacionalizar a gestão e execução de atividades e serviços na área de formação e das artes cênicas. Vidas dados sobre o contrato de gestão na Nota Explicativa nº 6.2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 23/02/2016; b. Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo; c. Moeda funcional e moeda de apresentação - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação; d. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e. Determinação do valor justo - Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 14 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na aplicação dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo; f. Alteração de política contábil - Até o exercício findo em 2013 o reconhecimento das subvenções e assistências governamentais eram reconhecidas no resultado do exercício. Visando o atendimento integral ao pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais e a interpretação ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, em 2014 a Associação alterou a política contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e de obrigações para com o Estado. Dessa forma, a partir do exercício de 2014, nas ocasiões em que a entidade recebe um recurso, cujo valor ainda não tenha sido gasto, constitui-se um passivo correspondente e quando há utilização dos recursos vinculados para aquisições de bens dos ativos imobilizado e intangível também é constituída uma obrigação com o Estado - Imobilizado no passivo não circulante. Vide nota explicativa 3b com os critérios de reconhecimento de receita adotada atualmente pela Associação. A Associação acredita que o reconhecimento da receita de acordo com a ocorrência das despesas apresenta informações mais relevantes sobre a performance da Associação e também uma melhor apresentação de sua situação patrimonial e financeira. A correção de tal prática visou buscar a consistência com entidades semelhantes que possuem atividades de gestão de projetos sociais, no entanto, a Associação optou pela adequação da política contábil de acordo com a respectiva, reconhecendo no resultado do exercício de 2014 o efeito da mudança de política contábil, não observando a retificação de erro de períodos anteriores de forma retrospectiva, conforme requerido pelo CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O efeito total de anos anteriores registrado no resultado do exercício de 2014 foi de R\$ 2.906.504, registrado em contrapartida nas rubricas de "Projetos a executar" no montante de R\$1.344.076 e "Obrigações com o Estado - Imobilizado" no montante de R\$ 1.562.428 no passivo; 3. Principais políticas contábeis e A. Políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras; a. Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos - A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação trata seus ativos e passivos financeiros não-derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerar seus investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Recebíveis - Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos. Recursos vinculados a projetos - Os recursos vinculados a projetos são avaliados com base nos saldos de caixa e sanções contra movimento. Passivos financeiros não derivativos - Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Associação tem os seguintes passivos financeiros não-derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, essas passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (ii) Instrumentos financeiros derivativos - Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014, incluindo operações de hedge; b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas - A partir do exercício de 2014, o reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura, são registrados da seguinte forma: Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante. Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar; c. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário; (ii) Depreciação - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método de vida útil, com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: Móveis e utensílios - 10 anos; Máquinas e equipamentos - 10 anos; Software - 5 anos; e Equipamentos de informática e comunicação - 5 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis; d. Ativos Intangíveis - (i) Reconhecimento e mensuração - Um ativo intangível é aquele que não tem vida útil definida e composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.; e. Redução ao valor recuperável - (ii) Ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão; f. Provisões e passivos circulantes e não circulantes - Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são reconhecidas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial; g. Demais ativos circulantes e não circulante - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços; h. Receitas e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicação financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras; i. Receitas com trabalhos voluntários - Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação deveria pagar caso contrário, se estes encargos em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31/12/2015 a Associação registrou o montante de R\$ 150.000 referente a trabalhos voluntários; j. Gerenciamento de risco financeiro - A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros: Risco de liquidez - Risco de mercado. A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 16. Estrutura do gerenciamento de risco - As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação; k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas - Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão elaboradas para exercícios iniciados após 1º/01/2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aqueles que podem ser relevantes para a Associação estão mencionados abaixo. A Associação não planeja adotar estas normas de forma antecipada; IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) - A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39, denominada "Financial Instruments: Recognition and Measurement" (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 introduz orientações revisadas sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2018, com adoção antecipada permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil alterando os procedimentos vigentes para os procedimentos adotados as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; 7. Projetos a executar: A seguir apresentamos os contratos em andamento no momento da Associação e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	Saldo em 31/12/2014	Valores recebidos/repasses	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Saldo em 31/12/2015
Contrato de Gestão (09/2013)	- 3.298.679	9.831.613	120.050	402.118	(12.263.216)	1.369.245
(+) Obrigações com o Estado - Imobilizado	- 1.711.209	9.831.613	120.050	402.118	(12.263.216)	1.369.245
Projetos a executar	-	-	-	-	321.964	(1.389.245)

continua...